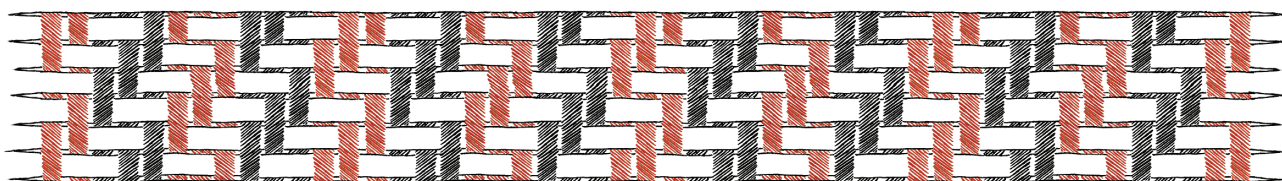


# Dois filmes e uma tradição: sertanistas defendendo a vida dos índios

**Dominique Tilkin Gallois**

Professora Doutora do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo



*XINGU*. Direção de Cao Hamburger. 02 Filmes & Globo Filmes, 2012.

*PARALELO 10*. Direção de Silvio Da-Rin. Gávea Filmes, 2011.

Os comentários resumidos nesta resenha foram apresentados no seminário “O olhar e outros sentidos”, promovido pela Associação Brasileira de Antropologia e pelo Instituto Brasileiro de Museus, em julho de 2012, no MASP. Tratava-se de debater o diálogo entre a Antropologia, os Museus, a Fotografia e o Cinema, seus encontros e desencontros. Mas, no caso dos dois filmes, *Xingu* e *Paralelo 10*, é preciso que a Antropologia ceda espaço a outra perspectiva, representada por protagonistas de uma “tradição de conhecimento” de fundamental importância na história das relações entre o Estado brasileiro e os índios: os sertanistas. “No contexto da proteção oficial ao índio, o sertanista tornou-se um especialista em técnicas de atração e de pacificação dos povos indígenas ainda não submetidos ao aparelho estatal, quer se trate dos que não têm contatos assíduos com o colonizador e desejariam se manter à distância, quer dos que ainda estão em guerra contra certos segmentos da sociedade e do Estado” (LIMA, 2002, p. 5).

Os dois filmes nos fazem participar dessas difíceis aproximações e nos levam até lugares longínquos onde se desenrolam conflitos sem fim. Em *Xingu* acompanhamos os irmãos Claudio, Leonardo e Orlando Villas-Bôas ao longo de sua “marcha para o oeste”. Os irmãos se alistam na expedição Roncador-Xingu, que desbrava o Brasil Central nos anos 1940, e encontram os povos então isolados, com quem decidem conviver. Seguem-se múltiplas aventuras e densas lutas, ao longo de décadas, antes

e após a criação do Parque Nacional do Xingu. Já em *Paralelo 10*, acompanhamos uma recente viagem do sertanista José Carlos Meirelles, acompanhado pelo antropólogo Terri de Aquino, à região do Paralelo 10, na fronteira com o Peru, onde vivem grupos isolados ameaçados pela invasão ilegal de madeireiros. Um relato forte de experiências acumuladas ao longo de tantos anos prepara o encontro com os índios Madijá e Ashaninka, que é preciso também amansar, para que colaborem com a proteção dos grupos isolados.

O retrato dessas figuras emblemáticas e o relato de suas experiências de “atração” e de “pacificação” de índios isolados não são a única contribuição desses dois filmes. A principal riqueza das obras está nas reflexões que essas pessoas muito especiais fazem a respeito de suas próprias trajetórias, nos comentários que tecem sobre as sempre delicadas decisões para defender a vida desses povos. Fazem ressoar sentenças conhecidas por todo brasileiro, como as do general Rondon, “ancestral” da tradição sertanista, que propagava entre os membros de sua equipe uma atitude então considerada corajosa ou temerária, e hoje mais bem entendida como condição do compromisso com os índios: “Morrer se preciso for, matar nunca!” Desde então, quantos índios morreram, enquanto buscavam a convivência com “o Brasil que não gosta de índios”?

Uma das questões suscitadas pelos filmes é a diferença de atitudes e preocupações de sertanistas de um lado, antropólogos do outro. Não diz respeito ao engajamento na luta a favor dos índios, que ambos os profissionais podem assumir com igual determinação, os primeiros no âmbito de órgãos indigenistas, os segundos a partir das universidades. Uma das diferenças, que me parece sempre essencial colocar, é que os sertanistas se mobilizam para garantir a vida dos índios, enquanto os antropólogos se mobilizam para desvendar suas culturas. É claro, uma está vinculada à outra, e o que interessa é verificar como se pode articular proteção da vida com a valorização das culturas. Note-se também que, muitas vezes, os próprios índios reivindicam condições de vida melhores, não reclamando necessariamente proteção da “cultura”. Ou seja, poderia tecer aqui considerações sobre a maneira como esse conceito antropológico foi absorvido pela política indigenista, tal como foi refundada nas políticas públicas, para subsidiar a proteção dos índios em nome de suas culturas. Chegando inclusive a contrassensos que valeria a pena esmiuçar. Não o farei, porque os dois filmes em pauta falam de pessoas preocupadas com a vida desses índios e que praticamente não utilizam o argumento da cultura para construir suas ações e compromissos.

O que me parece mais adequado comentar aqui é o propósito dos filmes, sua capacidade de mobilizar o grande público. Levar o espectador ao encontro dessas pessoas especiais, mostrar como trabalham os sertanistas e alguns poucos antropólogos que, como Terri, dedicam sua vida à proteção dos índios. Uso aqui “proteção” porque é a palavra-chave de uma tradição continuada e sempre atualizada. Se o uso desse termo é absolutamente consensual entre os sertanistas e antropólogos, ele é muito mal-entendido, inúmeras vezes rechaçado por esse público, por milhões de brasileiros que não conhecem os índios.

Por que filmes sobre a trajetória de sertanistas, e não filmes sobre os próprios índios? Há centenas de filmes, ficções etnográficas ou ficções menos etnográficas, que procuram mostrar “como vivem e como pensam os índios”. Não havia, ou há muito poucos filmes sobre quem dedica sua vida à proteção da vida indígena. É por isso que esses filmes são fundamentais. Quem não conhece os índios, quem não está mobilizado para compreender suas reivindicações e necessidades poderá de fato aprender a respeitá-los através das trajetórias dessas pessoas muito

especiais. Que operam uma mediação entre gente comum e os índios. Fazem isso de forma simples, direta, aberta, sem linguagem de especialista, não precisando reivindicar sua ação a partir da sempre complexa e dificultosa caracterização cultural dos povos indígenas, e sim a partir de seu engajamento na defesa da vida, dos modos de existência dos protagonistas algo invisíveis, mas tragicamente presentes... As árvores que caem debaixo dos caterpílares, as doenças que se propagam sem que se tenham visto ou contatado os índios, a distância que se percorre no imenso rio Envira, no Acre, a chuva que não vem, a chuva que vem, tudo isso fala da vida dos índios. É tudo isso que seduz o espectador dos filmes.

A estratégia – se é que foi uma estratégia dos diretores – de evidenciar como pessoas comuns se tornam defensores dos índios é muito boa. Era indispensável. Porque, ao focar os sertanistas e sua dedicação, se revelam, sem necessidade de interpretações e análises fastidiosas, as contradições da política desenvolvimentista. “O Brasil grande que pensa pequeno” está presente em inúmeras cenas do filme *Xingu*, especialmente no retrato daquele fazendeiro rodeado por peões que afirmam não ter “medo de índio”. Como sabemos, eles e tantos outros têm medo, sim, dos índios e, por isso, matam.

Nós, antropólogos, sabemos que estudos e até mesmo publicações de difusão científica sobre a diversidade das culturas indígenas, esmiuçando suas especificidades, seus valores, etc., não alcançariam tão bem o público “desinteressado” na existência e no futuro dos índios, quanto o fazem esses dois filmes. Mostram como se pode viver nessas regiões distantes, de acesso difícil, onde a aventura se impõe mesmo quando não é procurada. A questão é essa: como interessar os desinteressados em índios? Não penso que se possa chegar a interessar os inimigos dos índios, mas certamente é possível alcançar os que ainda não os conhecem, ou mesmo aqueles que não queriam saber de nada e que podem se sentir mobilizados por essas duas belas histórias. Como fazem isso? Mostrando claramente que esses grupos indígenas – sejam os xinguanos naquele tempo anterior ao Parque, sejam seus descendentes hoje, sejam os isolados na fronteira Acre/Peru – não estão querendo concorrer com as frentes de ocupação, nem estão lutando contra o desenvolvimento. Eles estavam lá, e lá tentam ficar, escondidos e revidando a quem passa dos limites. Defendendo os seus, defendendo vidas.

Desinteressados podem se interessar, então. Mas muitos inimigos dos índios provavelmente não irão mudar de opinião, inclusive porque sua ignorância em relação à questão indígena é tão profunda que não lhes permite apreciar filmes como esses. A leitura de uma série de comentários nos blogs que anunciavam o lançamento dos dois filmes foi reveladora nesse sentido. Não vale a pena reproduzir aqui os ataques, de tão violentos, de tão improdutivos. Fazem parte de um “Brasil que não gosta de índios”, como diz Cao Hamburger. Uma parte do Brasil que possui baixa estima e que provavelmente não conhece a si mesmo. E é preciso aceitar que ainda são muitas as pessoas que recusariam se emocionar diante das incríveis experiências dos sertanistas. Alguns poderão se deixar subjugar, e ser levados a pensar que, no lugar deles, teriam agido da mesma forma. Essa mediação construída por ambos os roteiros me parece essencial. Se estivessem ali, no lugar dos irmãos Villas-Bôas, ou no lugar de Meirelles, o que fariam? Sem dúvida, muitos saem da sessão pensando que não havia muitas alternativas. Que teriam agido da mesma forma, experimentando soluções, como tentaram os sertanistas, muitas vezes improvisando, a partir de decisões tomadas sem tempo de pensar muito. Uma impressionante contribuição dos dois roteiros, pois a vida é assim.

Outro aspecto importante que vale ser ressaltado é o modo como ambos os filmes evidenciam que a história se repete, que o círculo infernal não se quebra. Mostram que ainda estamos em pleno ciclo colonial, destruindo para levar a chamada “civilização”. Chegando às fronteiras, repetindo os equívocos devastadores: a rodovia Transamazônica, agora a hidrelétrica de Belo Monte. A frente da borracha, as frentes garimpeiras, agora a frente dos madeireiros. E ainda aguardando a devastação que as empresas de mineração se preparam para fazer nas terras indígenas, em nome do “desenvolvimento”. Incansavelmente argumentando que este depende da destruição da floresta, e portanto dos índios. Sem precisar recorrer a reconstituições históricas, ou a longos discursos, os dois filmes depõem magistralmente sobre esse ciclo mortífero.

Aqui, talvez, um passo maior poderia ser dado. Que os diretores das duas obras não pretenderam realizar, mas que vale a pena mencionar, mesmo que brevemente. Há, de fato, uma contradição no pensamento e na prática sertanista, relacionada à delicada questão do “tempo”, do “prazo de validade” da proteção aos índios. Problema claramente colocado por Meirelles, quando afirma: “Eles vão ter vinte anos de tranquilidade!” E depois? Subentende-se que, depois, não tem jeito... Mas e os xinguanos que podemos conhecer hoje? O prazo venceu, e eles não estão nem “integrados”, nem são apenas “protegidos”, já que eles mesmos cuidam da proteção de suas vidas, lutando pela integridade do Parque do Xingu.

A contradição perene do pensamento e da tradição sertanista, que – essa sim – é profundamente arraigada no senso comum, é que se passa do “índio isolado” ao “índio integrado”, como teorizou Darcy Ribeiro nos anos 1950 – o gradiente de civilização, que o famoso antropólogo determinou a partir de sua “teoria da transfiguração étnica”. Uma teoria que não foi comprovada, muito pelo contrário. O que se pode constatar hoje é que os índios não deixaram de ser índios, não passaram do tribal ao genérico. Os povos do Xingu são inclusive mais xinguanos hoje do que no passado. Os Kajabi mais kajabi que na época em que trabalhavam para os patrões, época vislumbrada no filme *Xingu*. Os Guarani que vivem nas periferias de São Paulo e de outras cidades são tão mais guarani que seus ancestrais longínquos. Mas isso o grande público não percebe. É sem dúvida mais difícil apontar o valor das transformações, altamente produtivas para as identidades, do que falar de perdas em relação a um padrão ideal que nem os índios reconhecem. E aí estamos de volta ao problema: como explicar, como mostrar que a cultura não é algo que se perde, que se possa “preservar”, mas um mecanismo de constante e vital transformação, adaptação, atualização.

Os sertanistas têm traumas com a introdução abrupta de novas tecnologias, com as bugigangas que são despejadas nas aldeias... e eles têm certa razão de se preocupar. Meirelles comenta que os “brabos”, índios isolados no rio Envira e na fronteira do Peru já possuem inúmeras mercadorias, que eles vêm roubando, aprendendo a usar. Têm até espingarda, com a qual chegaram a matar um incauto. Mas o que mais o incomoda – e isso é o ponto crucial – é o modo como essas coisas foram introduzidas: “comprando” os índios, para que eles se aproximem, para que fiquem seduzidos e aceitem a convivência. Daí, outras bugigangas, que não são menos transformadoras, se instalam. Modos de curar, modos de ensinar – as escolas –, modelos de existência que limitam as andanças e a mobilidade das aldeias, sedentarizando-os. Essas são transformações poderosas, muito mais poderosas do que os objetos em si. Isso tudo também é parte do “amansar” os índios, na atualidade, que tenta prender os índios para que fiquem perto dos postos, onde devem esperar pacientemente assistência, modalidades de inclusão as mais diversas – salário aqui, salário ali, bolsa disso e daquilo (cf. GALLOIS, 2002). Tudo começa naquele tapiri na mata onde se pen-

duram terçados e panelas de alumínio para atrair os isolados. E segue em quantidades estrondosas, em termos de diversidade de modalidades de “amansamento”. Estamos ainda colonizando os índios.

Como mostrar isso ao público, para que entenda que, apesar dessas décadas e da multiplicação das políticas de integração, os índios são índios, e continuarão índios, sem se assimilar, sem perder sua vida diferenciada, vida que é pensada em moldes muito diferentes dos nossos? Não são os objetos, mas as relações que são importantes. Incansavelmente, os índios trabalham para se diferenciar de nós, e, para se diferenciar, precisam virar brancos, virar branco para virar índio. Não há como evitar e, portanto, não há como proteger os índios de sua própria capacidade de atualização de suas cosmologias, de atualização de sua posição específica em um universo feito de múltiplos mundos, que eles sabiamente conseguem conectar.

### Referências citadas

- GALLOIS, D. T. Vigilância e controle territorial entre os Wajãpi: desafios para superar uma transição na gestão do coletivo. In: GRAMKOW, Márcia Maria (org.). *Demarcando Terras Indígenas II*. Brasília: PPTAL-FUNAI & GTZ, 2002.
- LIMA, A. C. Souza. Diversidade Cultural e Política Indigenista no Brasil. *Revista Tellus*, n° 3, Campo Grande, outubro de 2002.

Recebido em dezembro 2012 .

Aceito para publicação em janeiro de 2013.

